



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

PROVA OBJETIVA

1. A Constituição Federal pode ser emendada mediante proposta:

- a) da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- b) de um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- c) de dois terços das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- d) de três quintos das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- e) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

2. De acordo com a Constituição Federal, são princípios da ordem econômica:

- a) a livre concorrência e a livre iniciativa.
- b) a valorização do trabalho humano e a livre concorrência.
- c) a justiça social e a livre concorrência.
- d) a livre concorrência e a propriedade privada.

e) a valorização do trabalho humano e a livre iniciativa.

3. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado poderá exercer, na forma da lei, a função de planejamento, sendo este:

- a) determinante para os setores público e privado.
- b) indicativo para os setores público e privado.
- c) determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
- d) indicativo para o setor público e vinculante para o setor privado.
- e) vinculante para os setores público e privado.

4. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida, mediante controle externo, pelo Congresso Nacional, ao qual compete:

- a) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal.
- b) realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades



VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

c) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

d) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

e) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

5. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

a) organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

b) registros públicos.

c) sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular.

d) populações indígenas.

e) sistemas de consórcios e sorteios.

6. Lei complementar da União poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas da seguinte matéria:

a) juntas comerciais.

b) desapropriação.

c) custas dos serviços forenses.

d) criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.

e) produção e consumo.

7. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República:

a) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

b) dispor sobre concessão de anistia.

c) aprovar o estado de defesa.

d) aprovar a intervenção federal.

e) autorizar o estado de sítio.

8. Assinale a alternativa incorreta. Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional:

a) serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

b) não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.

c) não poderão ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

d) não poderão firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

e) não poderão aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", em pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.

9. A medida cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade será concedida:



VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

- a) com efeito *extunc*, salvo se o Tribunal, tendo em vista razão de segurança jurídica, decidir que ela só tenha eficácia a partir do trânsito em julgado da ação.
- b) com efeito *ex nunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa.
- c) com efeito *extunc*, salvo se o Tribunal, tendo em vista razão de segurança jurídica, decidir que ela só tenha eficácia a partir de outro momento que venha a ser fixado.
- d) com efeito *extunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia prospectiva.
- e) com efeito *extunc*, salvo se o Tribunal, tendo em vista razão de excepcional interesse social, decidir que ela só tenha eficácia a partir de outro momento que venha a ser fixado.

10. De acordo com expressa disposição na Constituição Federal, são instituições/órgãos permanentes:

- a) o Ministério Público e a polícia federal.
- b) a Defensoria Pública e as polícias civis.
- c) as Forças Armadas e as os corpos de bombeiros militares.
- d) a polícia rodoviária federal e as polícias penais.
- e) a polícia ferroviária federal e as guardas municipais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Quanto ao tema "atos administrativos" é CORRETO afirmar que:

- a) os atos que geram direitos adquiridos são passíveis de anulação e revogação, desde que realizadas pelo Poder Judiciário, no exercício da sua típica função jurisdicional.
- b) o ato discricionário válido é passível de ser revogado tanto pela Administração Pública, que o produziu, quanto pelo Poder Judiciário, no desempenho da sua típica função jurisdicional.
- c) a anulação dos atos administrativos somente poderá ocorrer pelo Poder Judiciário, tendo em vista que os atos administrativos gozam de presunção de legalidade e legitimidade.
- d) os atos administrativos podem ser anulados tanto pela própria Administração Pública quanto pelo Poder Judiciário, quando estiverem afetados de vício que os tornem ilegais.
- e) quando se tratar de ato discricionário válido, a revogação poderá ser realizada apenas pela Administração Pública que o produziu, por razões de oportunidade e conveniência, sendo seus efeitos sempre retroativos (*extunc*).

12. Com relação aos princípios da Administração Pública, é CORRETO afirmar que:

- a) são aplicáveis somente à Administração Direta, não se aplicando às Empresas Públicas e às Sociedades de Economia Mista, pois sujeitas aos princípios de Direito Privado.
- b) a obrigação do poder público de disponibilizar para a sociedade a remuneração dos agentes públicos está relacionada ao princípio da eficiência.



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

- c) o rol dos princípios da Administração Pública, elencados na Constituição Federal, é exaustivo.
- d) os Poderes Legislativo e Judiciário não estão sujeitos aos princípios da Administração Pública no exercício de suas funções típicas ou atípicas.
- e) o princípio da eficiência não constava da redação original da Constituição Federal, sendo posteriormente incluído por meio de uma emenda constitucional.

13. De acordo com os ensinamentos da doutrina sobre os poderes da Administração Pública, é CORRETO afirmar que:

- a) o poder de polícia pode ser exercido pela prática de atos específicos, de efeitos concretos, assim como pela edição de atos normativos abstratos, de efeitos gerais.
- b) há hierarquia entre os entes da Administração Direta e as entidades da Administração Indireta.
- c) o poder normativo manifesta-se exclusivamente pela edição de decretos regulamentares.
- d) a proibição pela Administração Pública de circulação de cidadãos em via pública após determinado horário é, em tese, uma manifestação do poder disciplinar.
- e) o poder hierárquico consiste no poder atribuído à Administração Pública para aplicar sanções administrativas aos seus agentes pela prática de infrações de caráter funcional, abrangendo sanções administrativas, como a advertência, a multa, a suspensão e a demissão.

14. No que tange as empresas públicas e sociedades de economia mista, é CORRETO afirmar que:

- a) são instituídas de forma diversa, sendo as empresas públicas instituídas nos termos da legislação societária e as sociedades de economia mista são criadas por lei, para exploração de atividades que envolvam imperativos de segurança nacional.
- b) ambas são sujeitas ao regime jurídico de Direito Público, parcialmente derogado por normas de Direito Privado no que corresponde ao regime tributário e trabalhista, além de serem dotadas de imunidade em relação ao seu patrimônio, renda e serviços.
- c) atuam no mercado em caráter subsidiário à iniciativa privada, tendo como traço distintivo a personalidade jurídica de direito público atribuída às empresas públicas, cuja presença é reservada a setores monopolistas.
- d) possuem, como traço distintivo, o fato de que as empresas públicas atuam na prestação de serviços públicos, enquanto apenas as sociedades de economia mista podem ter autorização legal para exploração de atividade econômica.
- e) ambas dependem de autorização legislativa para serem instituídas e, quando atuam em regime de competição com a iniciativa privada, tal instituição somente é possível se identificado relevante interesse coletivo ou imperativos de segurança nacional.

15. O Instrumento que formaliza parceria com organizações da



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

sociedade civil – OSC, proposta pela Administração Pública, envolvendo transferência de recursos financeiros, é **CORRETAMENTE** definido em lei como:

- a) Termo de Colaboração
- b) Termo de Fomento
- c) Acordo de Cooperação
- d) Termo de Cooperação
- e) Contrato de Gestão

16. Renata, servidora público estável, após a inabilitação em estágio probatório em outro cargo, busca retornar ao cargo de origem, em relação ao qual se encontra em licença não remunerada. Nesse contexto procurou a orientação técnica de como deve proceder para alcançar o seu objetivo.

Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante e preenchidos os requisitos legais, é correto afirmar que Renata retornará ao cargo de origem por meio do seguinte instituto jurídico:

- a) aproveitamento, modalidade de provimento originário.
- b) reintegração, modalidade de provimento originário.
- c) reintegração, modalidade de provimento derivado.
- d) reversão, modalidade de provimento derivado.
- e) recondução, modalidade de provimento derivado.

17. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos – Lei n. 14.133/2021, é dispensável a licitação para:

a) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.

b) objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

c) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

d) contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.

e) contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, como, por exemplo, para estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos.

18. “Consiste na modalidade de intervenção estatal através da qual o Estado utiliza bens móveis, imóveis e serviços particulares em situação de perigo público iminente.” A assertiva em pauta traduz o conceito de:

- a) ocupação temporária.
- b) requisição.
- c) limitação administrativa.
- d) servidão administrativa.
- e) tombamento.

19. Um preso ajuizou ação contra o Estado do Amazonas, requerendo indenização por ressarcimento de danos, inclusive



VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

morais, em razão da insuficiência de condições legais de encarceramento. Nessa situação hipotética, o pedido poderá ser julgado

a) improcedente, pois o Estado seria responsável apenas em caso de falta total de condições legais de encarceramento.

b) procedente apenas quanto aos danos materiais, se for provado o nexo causal das alegações, e improcedente quanto aos danos morais.

c) improcedente quanto ao dano moral individual, pois se estaria diante de hipótese de dano coletivo.

d) improcedente, pois, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - STF, não há responsabilidade do Estado por insuficiência ou falta de condições carcerárias.

e) procedente quanto aos danos materiais e morais, se ficar provado o nexo causal das alegações, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal - STF.

20. Em matéria de procedimento nas ações de improbidade administrativa, assinale a afirmativa correta.

a) É vedada a conversão da ação de improbidade em ação civil pública.

b) Oferecida a contestação e ouvido o autor, o juiz não poderá desmembrar o litisconsórcio, com vistas a otimizar a instrução processual.

c) Aplica-se na ação de improbidade administrativa o reexame obrigatório da sentença de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito.

d) Ao réu será assegurado o direito de ser interrogado sobre os fatos de que trata a ação de improbidade e, sua recusa ou seu silêncio, não implicarão confissão.

e) É vedada, após o ajuizamento da ação, a celebração de acordo de não persecução civil, diante da indisponibilidade do objeto da ação e de sua natureza de direito sancionador.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Sobre os princípios gerais de direito processual civil, assinale a alternativa correta:

a) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.

b) Aquele que de qualquer forma participa do processo não precisa agir de acordo com a boa-fé.

c) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

d) Não é assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais.

e) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões. Caso a decisão não seja fundamentada, não será aplicada a pena de nulidade.

22. A tutela provisória de evidência será concedida, quando:



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

- a. demonstrado perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo
- b. alegações de fato não puderem ser comprovadas apenas documentalmente
- c. não puder o juiz decidir liminarmente
- d. se tratar de qualquer pedido reipersecutório fundado em prova documental
- e. caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.

23. Complete a seguinte afirmativa:

Incumbe à _____, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas _____.

- a) Defensoria Pública; de direito público que integram apenas a administração direta.
- b) Advocacia Pública; de direito público que integram a administração direta e indireta.
- c) Defensoria Pública; de direito público e privado que integram a administração direta e indireta.
- d) Advocacia Pública; de direito público e privado que integram a administração direta e indireta.
- e) Advocacia Pública; de direito público que integram apenas a administração direta.

24. Sobre as prerrogativas da Advocacia Pública no Processo Civil, assinale a resposta incorreta:

- a) Para contagem dos prazos da Advocacia Pública, não é necessária intimação pessoal.
- b) Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.
- d) A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.
- e) A citação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial.

25. Acerca dos recursos excepcionais, marque a alternativa correta:

- a) Não é possível interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial
- b) O Supremo Tribunal Federal conhecerá do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral
- c) Cabe ao Superior Tribunal de Justiça julgar recurso especial das causas decididas, em única ou última



VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar lei federal

d) Para efeito de repercussão geral, no recurso especial, será considerada a existência ou não de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo.

e) O recurso especial será interposto no Superior Tribunal de Justiça.

26. Acerca do Mandado de Segurança, é possível afirmar:

I. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data".

II. Controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança.

III. Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial.

- a) I e III estão corretos.
- b) I e II estão corretos.
- c) Apenas o item I está correto.
- d) Todos os itens estão corretos
- e) Nenhum item está correto.

27. Sobre petição inicial, não é correto afirmar:

a) Caso a parte autora não disponha do endereço do réu, poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias à sua obtenção.

b) O pedido deve ser certo e determinado.

c) O juiz, ao verificar que a petição inicial apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, mas não é obrigado a indicar o que deve ser corrigido ou completado

d) A petição inicial será indeferida quando for inepta.

e) A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.

28. Sobre Execução Fiscal, é incorreto afirmar:

a) A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias é regida pela Lei de Execução Fiscal e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil.

b) O executado terá o prazo de 5 dias para oferecer embargos à execução fiscal, contados, da intimação da penhora.

c) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

d) Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.

e) O valor da causa será o da dívida constante da certidão, com os encargos legais.

29. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, NÃO julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:

a) enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

d) jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

e) enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local

30. Sobre a Reclamação, assinale a alternativa correta:

a) A reclamação pode ser proposta perante qualquer tribunal.

b) A reclamação pode ser proposta apenas perante o Superior Tribunal de Justiça.

c) A reclamação pode ser proposta apenas perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

d) A reclamação pode ser proposta apenas perante o Supremo Tribunal Federal.

e) A reclamação pode ser proposta apenas perante os Tribunais Regionais Federais, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

DIREITO TRIBUTÁRIO

31. Entre as alternativas abaixo, assinale a afirmação CORRETA sobre preço público:

a) somente pode ser criado por meio de lei complementar;

b) somente pode ser cobrada pela União;

c) é obrigatória para todos;

d) é regido pelo princípio da capacidade contributiva;

e) constitui uma receita originária para o Estado.

32. O Estado do Amazonas ajuizou execução fiscal para cobrança de débito de IPVA em relação a determinado contribuinte. O executado será citado para pagar a dívida ou garantir a execução no prazo de quantos dias?

a) 5 (cinco) dias contados da data de juntada aos autos do comprovante de citação, seja por carta, mandado ou edital;

b) 15 (cinco dias) contados da data de recebimento da citação por carta ou por mandado ou da publicação do edital de citação;

c) 5 (cinco dias) contados da data da juntada aos autos do comprovante de citação por carta ou por mandado



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

e 30 (trinta dias) contados da data de publicação do edital de citação;

d) 15 (trinta) dias, contados da data de recebimento da citação por carta ou por mandado e de 30 (trinta dias) contados da data de publicação do edital de citação;

e) Nenhuma das alternativas acima.

33. Considerando a classificação geral das espécies tributárias, assinale a alternativa que corresponde ao tributo que possui as seguintes características: obrigatório, não vinculado a uma atuação estatal específica:

- a) taxa;
- b) contribuição de melhoria;
- c) imposto;
- d) empréstimo compulsório;
- e) contribuição de iluminação pública.

34. Após o lançamento, qual das hipóteses abaixo elencadas acarreta a suspensão da exigibilidade do crédito tributário? Marque a alternativa CORRETA:

- a) anistia;
- b) parcelamento;
- c) isenção;
- d) transação;
- e) conversão do depósito em renda.

35. Sobre o auto de infração, é CORRETO afirmar que:

- a) somente cabe a impugnação administrativa, após a constituição definitiva do crédito tributário;
- b) se for anulado pelo órgão máximo da administração tributária,

poderá ser objeto de questionamento judicial pela Procuradoria Geral do Estado;

c) em caso de impugnação, somente estará definitivamente constituído após o julgamento da defesa e de todos os eventuais recursos, na esfera administrativa;

d) sua lavratura já é suficiente para a constituição definitiva do crédito tributário, mesmo que seja objeto de impugnação, servindo de título executivo para o ajuizamento de execução fiscal;

e) não pode ser desconstituído na esfera administrativa, somente após o trânsito em julgado de ação judicial própria.

36. Assinale a resposta INCORRETA sobre a lei complementar:

a) os empréstimos compulsórios somente poderão ser instituídos por lei complementar;

b) dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os estados, o Distrito Federal e os Municípios;

c) qualquer alteração no Código Tributário Nacional prescinde de lei complementar;

d) o quórum de aprovação da lei complementar em matéria tributária é o mesmo daquele previsto para as leis complementares de outras áreas temáticas;

e) lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência da União,



VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

por lei, estabelecer normas de igual objetivo.

37. Analise a questão e responda ao que se pede:

O agente competente do órgão de fiscalização tributária lavrou auto de infração em virtude do não pagamento de um tributo em novembro de 2003, referente a um fato gerador ocorrido em 2022. Houve impugnação administrativa e recurso, todos rejeitados com a manutenção do auto de infração em 2008. O débito foi inscrito em dívida ativa e foi ajuizada execução fiscal para cobrança do crédito tributário em 2011, tendo o juiz despachado nos autos e a citação sido efetivada em 2012. Em razão disso, é possível afirmar:

- a) Não houve nem decadência nem prescrição;
- b) Houve decadência;
- c) Houve prescrição intercorrente administrativa;
- d) Houve prescrição;
- e) Nenhuma das alternativas.

38. Com o advento da reforma tributária, por meio da Emenda Constitucional n.º 132/23, pode-se afirmar acerca da Zona Franca de Manaus:

- a) o prazo de sua manutenção será extinto em 2027, com a revogação do prazo previsto no artigo 92-A do ADCT da Constituição Federal;
- b) a cobrança dos tributos previstos nos artigos 156-A, 195, V da Constituição Federal (IBS e CBS) não

se aplica às empresas instaladas na Zona Franca de Manaus;

c) foi mantida, com suas características de área de livre comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais somente até 2032;

d) o imposto previsto no artigo 153, IV, da Constituição Federal (IPI) terá as alíquotas reduzidas a zero, exceto em relação aos produtos com industrialização incentivada na Zona Franca de Manaus, conforme disposto em lei complementar;

e) o imposto previsto no artigo 153, VIII da Constituição Federal (Imposto Seletivo) será cobrado exclusivamente das empresas instaladas na Zona Franca de Manaus, com o objetivo de preservação do meio ambiente.

39. Assinale a alternativa CORRETA. O prazo para apresentação de embargos à execução fiscal em caso de penhora de um bem imóvel deve ser contado a partir:

- a) do registro da penhora no cartório de registro de imóveis;
- b) da efetiva intimação da penhora;
- c) da juntada aos autos do mandado de intimação cumprido;
- d) da lavratura do termo de penhora, mesmo que não tenha ocorrido a intimação da penhora;
- e) da juntada aos autos do mandado de penhora cumprido.

40. Assinale a alternativa CORRETA acerca do processo tributário:



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

- a) a exigência de depósito prévio é requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário;
- b) cabe ao contribuinte a escolha de como receber o indébito tributário reconhecido por sentença judicial transitada em julgado: seja por meio de precatório ou de compensação.
- c) o mandado de segurança não pode ser utilizado para obter declaração do direito à compensação tributária;
- d) os embargos à execução fiscal possuem efeito suspensivo automático, quando apresentados tempestivamente.
- e) todas as respostas estão corretas.

**DIREITO DO TRABALHO E
PROCESSUAL DO TRABALHO**

41. Considere as alternativas abaixo sobre prescrição.

I - Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.

II - A prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias não alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS.

III - A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos.

De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do

Trabalho (TST), está CORRETO o que consta APENAS em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) II e III.

42. O Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica. Quanto ao tema, considerando as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O elevado valor da causa é um indicador da transcendência econômica.
- b) O desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal é um indicador da transcendência política.
- c) A existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista é um indicador da transcendência jurídica.
- d) A postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado é um indicador da transcendência social.
- e) O juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela Presidência dos Tribunais Regionais do Trabalho não se limita à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos do apelo, podendo abranger o critério da transcendência das questões nele veiculadas



VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

43. Conforme entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o prazo para interpor e contra-arrazoar todos os recursos trabalhistas, inclusive agravo interno e agravo regimental, é de oito dias (art. 6º da Lei nº 5.584/70 e art. 893 da CLT), **EXCETO:**

- a) Agravo de Petição.
- b) Recurso de Revista.
- c) Embargos de Declaração.
- d) Agravo de Instrumento.
- e) Recurso Ordinário.

44. Considere as alternativas abaixo sobre a multa prevista no §8º do artigo 477 da CLT.

I - Não se submete à multa do artigo 477 da CLT a pessoa jurídica de direito público que não observa o prazo para pagamento das verbas rescisórias, pois não se nivela ao empregador particular, em direitos e obrigações.

II - A contagem do prazo para quitação das verbas decorrentes da rescisão contratual prevista no artigo 477 da CLT exclui necessariamente o dia da notificação da demissão e inclui o dia do vencimento, em obediência ao disposto no artigo 132 do Código Civil de 2002.

III - A circunstância de a relação de emprego ter sido reconhecida apenas em juízo não tem o condão de afastar a incidência da multa prevista no art. 477, §8º, da CLT. A referida multa não será devida apenas quando, comprovadamente, o empregado der causa à mora no pagamento das verbas rescisórias.

De acordo com a jurisprudência fixada em Orientações Jurisprudenciais (OJs) e Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST), está **CORRETO** o que consta **APENAS** em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

45. Considere as alternativas abaixo sobre ação rescisória.

I - Em regra, a interposição de recurso intempestivo ou a interposição de recurso incabível protraí o termo inicial do prazo decadencial.

II - Não ofende o princípio do duplo grau de jurisdição a decisão do TST que, após afastar a decadência em sede de recurso ordinário, aprecia desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.

III - O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.

De acordo com entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), está **INCORRETO** o que consta **APENAS** em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) I e III.



VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

LÍNGUA PORTUGUESA

46. Para responder à questão, analise os textos 1 e 2:

<p>Texto 1</p> <p>Chove, chuva Canção de Jorge Ben Jor</p> <p>Chove chuva Chove sem parar Chove chuva, Chove sem parar Pois eu vou fazer uma prece Pra Deus, nosso Senhor Pra chuva parar De molhar o meu divino amor Que é muito lindo É mais que o infinito É puro e belo Inocente como a flor Por favor, chuva ruim Não molhe mais O meu amor assim [...]</p>	<p>Texto 2</p> <p>The cartoon is divided into two panels. The top panel shows a man on a roof being hit by heavy rain. The bottom panel shows a woman on the ground, also being hit by rain, saying 'AINDA BEM!' (Still good!). The title 'CHUVAS FORTES' (Heavy Rain) is written at the top.</p>
--	--

Considerando as orações abaixo e os trechos destacados, assinale a questão INCORRETA:

Em análise dos textos, é **incorreto** afirmar que:

- a) o texto 1 é da tipologia poema - texto literário escrito em versos, distribuídos em estrofes – que trata sobre a temática da chuva. Embora nessa tipologia a linguagem conotativa seja frequente, neste poema-canção predomina a linguagem denotativa;
- b) pode-se dizer que o texto 1 e 2 mantém semelhança na abordagem temática – chuva; o texto 1, no início não vê problema na incidência da chuva; depois pede para que ela pare porque molha o seu amor. O texto 2 também apresenta duas situações, uma em que a chuva é bem-vinda e outra em que traz prejuízo;
- c) no texto 1 – 'divino, puro, belo, inocente' são adjetivos; no texto 2, 'fortes', também é adjetivo. Pode-se dizer, então, que os termos supracitados são sintaticamente adjuntos adnominais;
- d) no trecho "chuva ruim/ Não molhe mais/ O meu amor assim", o sujeito da oração é chuva – sujeito simples;
- e) o texto 2 tem forte relação com o Brasil, estabelecendo relações geográficas díspares, de espaços que têm pouca chuva, mas precisam dela para ter melhor condição de vida, enquanto outros espaços são assolados por chuvas fortes que levam à destruição.

47. Leia o texto 5 para responder ao que se pede:

As chuvas no Rio Grande do Sul interromperam a colheita da safra e os danos provocados pelas



VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

enchentes foram, sobretudo, em soja, arroz e feijão 2ª safra, informou a Emater/RS. "Em lavouras com topografia declivosa, a precipitação intensa causou erosão, formando sulcos particularmente em áreas com práticas inadequadas de manejo do solo e da água. [...]

Houve danos significativos nas pastagens, morte de animais e interrupção da produção leiteira. A empresa destaca danos em infraestruturas, incluindo a destruição de estradas, pontilhões e pontes, o que dificultará a logística de transporte da produção. "Registraram-se também casos de inundação e destruição de estruturas de produção, como estufas de hortícolas, estábulos, salas de ordenha, silos e armazéns de grãos", disse. Mas, a avaliação é parcial, dadas as limitações atuais. [...] "No entanto, em razão do evento climático adverso, que impediu a realização da colheita em vários períodos, a perspectiva da operação para as áreas restantes (24%) mudou abruptamente, e as perdas de produção serão elevadas, podendo atingir até 100% das áreas remanescentes", explicou. [...]

As condições climáticas foram desfavoráveis ao feijão segunda safra. A empresa afirmou que "as atividades de manejo e colheita e os tratos culturais foram suspensos. Inicialmente, as lavouras estavam se desenvolvendo normalmente em razão de condições ambientais

adequadas, incluindo temperaturas, radiação solar e chuvas regulares". "Contudo, o elevado volume pluviométrico e a umidade atmosférica, ocorridos no período, comprometeram a qualidade dos grãos nas lavouras em estágio de maturação", destacou a Emater. [...] A continuidade da colheita de arroz, que atingia 60%, foi comprometida, já que "o cenário foi agravado pela característica do cultivo, localizado em áreas de várzeas, onde o acesso torna-se mais difícil e onde estão concentrados os principais pontos de alagamento nas propriedades de produção", afirmou. [...]

Em relação às pastagens, as chuvas intensas e enchentes causaram danos significativos em praticamente todo o Estado. [...]

"Além disso, as enchentes têm prejudicado o acesso às propriedades, impedindo o transporte do leite e afetando a coleta e o escoamento da produção. A falta de energia foi um problema e exigiu o uso de geradores". A coleta de leite está sendo comprometida em várias localidades. Estima-se que mais de 50% da produção não esteja sendo escoada.

Fonte:

<https://www.cnnbrasil.com.br/noticias/chuvas-no-rs-prejudicam-colheitas-de-soja-arroz-e-feijao-diz-emater/>

1. No texto, "As chuvas" (1ª linha) é um termo recuperado ao longo do texto por hiperônimos e sinônimos: "precipitação intensa, elevadas precipitações, elevado volume pluviométrico, evento



VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

climático adverso". Esses são recursos coesivos para evitar repetições e dar mais fluidez ao texto;

II. Nos trechos: "Em relação às pastagens" (penúltimo parágrafo) e "têm prejudicado o acesso às propriedades" (último parágrafo), ocorre o uso da crase por conta de o termo anterior solicitar a preposição 'a' e o termo posterior admitir o uso do artigo 'a'; já no trecho "afetando a coleta" (último parágrafo) não ocorre crase, pois há apenas o artigo 'a';

III. Quanto à colocação pronominal: ocorre ênclise nos trechos "Registraram-se também casos de inundação" (2º parágrafo) e "Estima-se que mais de 50% da produção não esteja sendo escoada" (último parágrafo) porque a oração é iniciada com verbos (que não estão no futuro do presente do indicativo e no futuro do pretérito do indicativo) e não se iniciam frases com pronomes oblíquos;

IV. No trecho "Estima-se que mais de 50% da produção não esteja sendo escoada" (último parágrafo) em relação à concordância nominal, o verbo poderia concordar com o numeral "Estima-se que mais de 50% da produção não estejam sendo escoada" ou com o substantivo (como está no trecho), já que a porcentagem está definida por um substantivo;

V. Nos seguintes trechos "A empresa afirmou que as atividades de manejo e colheita e os tratos culturais foram suspensos" (5º

parágrafo) e "A continuidade da colheita de arroz, que atingia 60%, foi comprometida, já que o cenário foi agravado pela característica do cultivo" (7º parágrafo), considerando as três ocorrências do "que", têm-se respectivamente: conjunção integrante – sem carga semântica, serve para introduzir oração subordinada substantiva; pronome relativo – com função sintática de sujeito, introduzindo a oração subordinada adjetiva; conjunção subordinativa – indica causa e inicia a oração que expressa a razão de um determinado acontecimento exposto em outra oração.

Considerando as assertivas acima, marque a alternativa correta em relação à análise delas:

- a) F – V – V – F – V;
- b) V – V – V – V – V;
- c) V – F – V – V – F;
- d) V – F – V – F – V;
- e) V – V – F – V – V.

48. Analise as assertivas a seguir:

I. Os pronomes demonstrativos devem ser usados para exprimir relação de espaço, tempo e referência no texto. Em relação ao espaço, "Ganhei este chocolate como presente de aniversário" (Infere-se que o celular está perto de quem fala); "Ganhei essa blusa da minha mãe" (Infere-se que o celular está longe de quem fala e está perto de quem ouve). Quando é referência no texto, para o que vai ser falado, deve-se optar por usar "este (s)", "esta (s)" e "isto", mas



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

quando o termo já foi citado na fala, usa-se "esse (s)", "essa (s)" e "isso", conforme os exemplos: "Eu só quero levar isto: manga, banana e goiaba"; "Ver os filhos felizes, isso é o que os pais querem".

II. "A voz da chuva Faz cócegas no meu ouvido" apresenta um predicado verbal cujo núcleo é "faz". No trecho "A voz da chuva sou eu", temos um predicado nominal em "sou eu";

III. A classificação do "se" nos exemplos a seguir está correta: Poupança-se dinheiro com a compra de roupas usadas – partícula apassivadora; Vive-se com dificuldade neste país – índice de indeterminação do sujeito; A professora se aborreceu com a turma – parte integrante do verbo; Giulia se cortou com a tesoura – parte integrante do verbo; Eles se abraçaram e tudo terminou bem – pronome reflexivo recíproco;

IV. "Amo Roupas Novas, Legião Urbana e Jorge Amado" – há nesse trecho uma impropriedade linguística denominada de falta de paralelismo semântico, posto que para ocorrer o paralelismo semântico é necessário haver a correlação entre um conjunto de ideias considerando a composição lógico-semântica na frase. No trecho "O formulário está disponível no endereço eletrônico e sede da loja", temos um exemplo de paralelismo sintático, pois há perfeita correlação na estruturação sintática da frase.

Estão incorretas as assertivas:

a) I e II;

- b) II e III;
- c) V e IV;
- d) III e IV;
- e) I, III e IV.

49. Considere o emprego de tempos e modos verbais e a formação de tempos compostos dos verbos e assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A flexão de modo indica a maneira como o fato se realiza. Se indica que o fato verdadeiramente aconteceu (ação plenamente realizada): estudo, estudei, estudarei – é indicativo; se é um fato provável: estudasse, estudarmos – é subjuntivo; se indica ordem, principalmente: estude, estudem – é subjuntivo;
- b) Quanto ao modo imperativo, que essencialmente indica ordem, a 1ª pessoa do singular não existe;
- c) Considere-se o tempo do verbo cantar das orações: Eu canto para espantar a dor (presente do indicativo); que eu cante para espantar a dor (presente do subjuntivo); quando eu cantar, espantarei a dor (futuro do subjuntivo); cante você para espantar a dor! (imperativo afirmativo);
- d) No tocante à formação dos tempos compostos, o pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo é formado pelo pretérito imperfeito do indicativo (verbo auxiliar) mais o verbo principal no particípio. (Eu) tinha estudado;
- e) O Pretérito perfeito composto do indicativo é formado por presente do indicativo (verbo auxiliar) mais verbo principal no particípio. Tu tinhas estudado.



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

50. Assinale a alternativa em que haja, ao menos, uma INCORREÇÃO:

- a) Nuvem, saci, autópsia, autopsia, voo, provém, feiura, jiboia (Novo Acordo Ortográfico)
- b) Qualquer substantivo que venha com o artigo no plural leva o verbo para o plural. Ex: os Estados Unidos são um país muito consumista, os Lusíadas são de Camões; as expressões "a maioria de, a maior parte de, metade de", seguidas de elementos no plural, deixam o verbo no singular ou levam-no ao plural, independentemente. Ex: a maioria dos torcedores se comportou (ou se comportaram) bem durante a partida (concordância verbal);
- c) Lembrei o número do telefone dela; lembrei-me do número de telefone dela; quero um guaraná; toda mãe quer seus filhos (querer, no sentido de estimar) (regência verbal);
- d) É preferível verdura a massa, tenho amor pelo (ou ao próximo), considerando a regência nominal;
- e) Ribeirão Preto é moderna; os brasileiros gostamos muito de futebol – concordância figurada (silepse)

PROVA DISCURSIVA

1- DIREITO CONSTITUCIONAL

Quais atos podem ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal? **Justifique (fundamente) sua resposta.**

2. DIREITO ADMINISTRATIVO

No âmbito do estudo do regime jurídico das estatais, considerando que estas, nos termos da CRFB/88, se sujeitam ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias; é possível que uma empresa pública ou uma sociedade de economia mista tenha direito ao processamento de execuções por meio de precatório? Fundamente sua resposta.

3. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

ANA MARIA, paciente com cardiomiopatia isquêmica e hipertensão arterial pulmonar, diante do indeferimento administrativo da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas da medicação "citrato de sildenafil", entrou com ação de procedimento comum, em face do Estado do Amazonas, pedindo o fornecimento do medicamento pelo Sistema Único de Saúde. Em 1º grau, a sentença do Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública de Manaus/AM proferida deu total provimento aos pedidos da autora, fixando astreintes no valor de R\$ 10.000 (dez mil reais) por dia a título de multa cominatória, em caso de descumprimento no fornecimento do medicamento. O Estado do Amazonas, por meio da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas, recorreu da sentença, por meio de apelação, com fundamento no alto custo do medicamento e na ausência de previsão de fornecimento no programa estatal de dispensação de medicamentos, e na exorbitância



**VIII EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

dos astreintes. Em Acórdão, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas confirmou a decisão de 1º grau, integralmente, negando provimento a apelação.

Sobre a situação descrita, faça um texto dissertativo, tratando, especialmente, sobre os seguintes pontos:

- a) Qual ou quais recurso(s) cabível (cabíveis), em tese, em face do Acórdão do TJAM?
- b) O que é prequestionamento e em quais recursos deve ser observado?

4. DIREITO TRIBUTÁRIO

As decisões proferidas pelos Tribunais Administrativos, em caráter definitivo, podem ser objeto de discussão e revisão no âmbito do Poder Judiciário? Justifique e fundamente sua resposta. Em caso positivo, quais os instrumentos processuais postos à disposição no ordenamento jurídico para questionar a referida decisão?

**5. DIREITO DO
TRABALHO/PROCESSUAL DO
TRABALHO**

Considerando o entendimento vinculante do Supremo Tribunal Federal, fixado em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), responda:

A Justiça do Trabalho pode determinar o bloqueio, a penhora

e/ou o sequestro de verbas públicas estaduais, ao fundamento de que os valores em questão constituem créditos devidos pelo Estado a empresas que são rés em ações trabalhistas? Justifique sua resposta.